



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

APARECIDA ALVES DE FREITAS CARDOSO

**Necessidades Educacionais Especiais– O Transtorno do Espectro
Autista e a LEI 12.764, de 11 de dezembro de 1990**

Goiás- 2018

APARECIDA ALVES DE FREITAS CARDOSO

**Necessidades Educacionais Especiais- O Transtorno do Espectro
Autista e a LEI 12.764, de 11 de dezembro de 1990**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado,
como requisito básico para a conclusão do
curso de Licenciatura em Pedagogia pela
Universidade de Brasília, sob orientação da
professora Andréia Mello Lacé.

Goiás- 2018

**FICHA CATALOGRÁFICA (OBRIGATÓRIO – RECEBERÁ
ORIENTAÇÃO)**

(Em construção)

Necessidades Educacionais Especiais- O Transtorno do Espectro Autista e a LEI 12.764, de 11 de dezembro de 1990

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito básico para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Brasília, sob orientação da professora Andréia Mello Lacé.

Membros da Banca Avaliadora

Orientadora: Professora Dra. Andréia Mello Lacé (FE/UnB)

Professora Msc. Janaina Angelina Teixeira (UAB/UnB)

Professora Dra. Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

DEDICATÓRIA

Dedico o resultado deste trabalho a minha família, aos colegas de curso, aos professores e a todos que estiveram juntos a mim nesse processo de construção de aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, em especial a minha mãe que sempre esteve presente dando força, motivação e incentivo em todos os momentos de minha vida e no decorrer desses cinco anos de curso. Agradeço aos meus filhos que sempre me apoiaram e incentivaram, acreditando sempre que eu conseguiria. Agradeço ao meu marido pela compreensão e colaboração dispensada a mim durante todo tempo necessário. Agradeço ainda aos professores, aos colegas, a amiga e coordenadora do Pólo e a todos que me incentivaram a fazer o vestibular e concorrer a uma vaga nessa respeitável Instituição de Ensino, concretizando um sonho por muito tempo adiado.

“A ação humana consiste neste movimento contínuo e perpétuo de reajustamento ou de equilíbrio”.

(JEAN PIAGET. Seis Estudos de Psicologia. p.14.1980)

RESUMO

A pesquisa apresentada teve como objeto as Necessidades Educacionais Especiais (NEE), com foco no autismo e assim identificar de acordo com a lei 12.764, quais dificuldades enfrentadas por duas escolas da cidade de Itaberaí no atendimento de alunos com TEA. Através de entrevistas semiestruturadas realizadas com duas profissionais da área da inclusão, sendo uma a coordenadora da inclusão da rede municipal e a outra mediadora da inclusão da rede estadual, duas coordenadoras pedagógicas uma da rede municipal e outra da rede estadual, quatro professoras sendo duas de apoio e duas do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da rede municipal e estadual de ensino, totalizando oito participantes das entrevistas, foi possível chegar aos resultados finais que constataram que a inclusão dos alunos com NEE ainda acontece de forma lenta, às escolas precisam de mais estrutura física e apesar dos docentes dizerem que tem formação adequada para o atendimento desses alunos é importante ressaltar que os mesmos desconhecem leis que regulamentam os direitos dos alunos com TEA e esse transtorno é ainda pouco estudado pelos profissionais da educação. A integração e colaboração da família e da comunidade em uma gestão escolar democrática que apoie o professor dando a esse mais segurança e suporte para a realização de uma educação inclusiva de fato e de direito foi relatada e considerada uma das dificuldades enfrentadas pelos profissionais entrevistados no atendimento de alunos com TEA.

Palavras-Chave: Inclusão; Necessidades Educacionais Especiais; Autismo; Lei 12764.

ABSTRACT

The present research had as object the special educational needs with focus on autism and also identify according to the law 12764 the difficulties faced by two schools in the city of Itaberai which works with ASD students. Through semistructured interviews carried out with two inclusion professionals, being one the coordinator of the municipal education system and the others the mediator of the state educational system, two pedagogical coordinators one of the municipal and the other from state educational system, four teachers being two helpers of AEE from municipal educational system and other from the state educational system in a total of eight interview participants, and it was possible to get the final results which confirmed that the inclusion of EEN students are happening very slowly, the schools needs more physical structure and despite the teachers report that they have a suitable education to work with these special students, it's important to highlight their lack of knowledge about the laws which regulate the ASD students rights and this disturb has not be enoughly studied by educational professional. The integration and collaboration of family and community in a school management system which support the teachers helping them to achieve a real inclusive education was reported and considered one of the most difficulties faced by the interviewed professional who works with ASD students.

Keywords: Inclusion, Special education, Autism, Law 12.764.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO TCC.....	11
DIMENSÃO 1: MEMORIAL	12
DIMENSÃO 2: PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	14
DIMENSÃO 3: MONOGRAFIA	15
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO	17
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA	25
CAPÍTULO 3: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICE	42
ANEXO.....	45

APRESENTAÇÃO DO TCC

Trata-se neste trabalho sobre as Necessidades Educacionais Especiais com ênfase no Transtorno do Espectro Autista e a Lei que o regulamenta, através de pesquisa a ser realizada para o trabalho de conclusão de curso (TCC) e esse se divide em três dimensões.

- 1- Memorial Educativo- relatando principalmente o percurso escolar no curso de Pedagogia.
- 2- Perspectivas Profissionais- onde se relata as perspectivas profissionais que se objetiva alcançar após ter concluído o curso.
- 3- Monografia- a apresentação da problemática, porque se justifica tratar esse tema, os objetivos, a metodologia utilizada para realizar a pesquisa, os conceitos e os resultados obtidos.

DIMENSÃO 1: MEMORIAL EDUCATIVO

Mais que uma reflexão é um resgate dos cinco anos de curso. Curso esse marcado por vários sentimentos e sensações. A cada início de semestre um novo encantamento ou desencantamento, uma dualidade repleta de questionamento, descobertas, desejo de fazer e ser a diferença na Educação Infantil.

Desde criança sempre muito sonhadora, encantada com a magia da escola e da sala de aula, que em meus tempos da Educação Infantil a metodologia, os materiais didáticos e a própria organização da sala de aula eram bastante diferentes. Método tradicionalista, contudo deu certo e hoje se faz presente neste memorial.

Voltar aos estudos depois de um grande período em que se esteve afastada destes, não é algo tão fácil, mas é muito gratificante e fantástico.

O curso de Pedagogia à Distância da UnB pôde realizar o que antes parecia ser impossível, ou muito distante. Ao realizar a prova do vestibular não se tinha muitas perspectivas do resultado. Foi uma surpresa e uma grande conquista estudar em uma instituição com tamanha importância na educação no Brasil.

Trabalhando na função de secretária no Pólo da UnB na cidade de Goiás, foi onde tive conhecimento da instituição e dos cursos ofertados.

A educação a distância é uma oportunidade que traz a muitos estudantes a modificação de suas vidas. É uma modalidade na qual os estudantes passam por muitas dificuldades, pois em maior parte dos casos, são trabalhadores (as), pais e mães de família, com a idade um pouco mais do considerado ideal, mas para a educação não existem limites de idade e nem tão pouco distância.

Ao iniciar os estudos já contava com um curso de informática básico e já tinha experiência de alguns anos trabalhando em sala de aula no setor rural com salas multiseriadas.

As aprendizagens construídas ao longo desses cinco anos de curso proporcionaram uma mudança na visão, bem como na concepção de educação e de seus meandros.

Autores fantásticos foram apresentados para que a paixão e a vontade de ser essa mudança na educação crescessem ainda mais. As atividades, as pesquisas, os estágios, os projetos e cada detalhe selecionados com rigor e propriedade de quem conhecem e sabem que a educação é a única forma de transformar a sociedade.

Disciplinas como: Introdução a Classe Hospitalar, Educando com Necessidades Especiais, Psicologia da Educação, Escolarização de Surdos e LIBRAS, são alguns exemplos,

mas que em verdade todas foram essenciais no aprendizado construído e lembrado com muito amor, crescimento e satisfação.

Autores marcantes como: Demerval Saviani, Paulo Freire e Darcy Ribeiro apaixonados pela educação e pelo povo brasileiro, por sua nação.

Lev Vygotsky, além de apaixonado pela educação era também apaixonado pelas pessoas e pelo potencial que cada um e todos têm de aprender. Esse autor fez com que o interesse pela educação crescesse ainda mais, percebendo que a educação transforma e ressignifica a sociedade e seus valores.

DIMENSÃO 2 – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Faz-se como projetos e intenções futuras o que já era algo pensado desde a infância. Uma profissional que ama o que faz que, acredita na educação é que acima de tudo acredita na igualdade de direitos, de oportunidades e de desenvolvimento que cada criança traz dentro de si, que cada aprendizagem constrói na humanidade e que acredita em si mesma. Não parar de estudar mais, sempre continuar fazendo cursos, especializações, pesquisas e jamais acreditar no impossível. Todos somos capazes e dotados de inteligência.

DIMENSÃO 3 – MONOGRAFIA

Introdução

Sabe-se que nas escolas é crescente o número de alunos que apresentam alguma deficiência e necessitam de uma educação especializada. Dentro das Necessidades Educacionais Especiais, fez-se a opção pelo tema Transtorno do Espectro Autista (TEA), ou simplesmente autismo, que é um assunto complexo o qual exige uma análise particular em cada criança ou pessoa.

O Autismo é compreendido como uma síndrome de início precoce caracterizada por alterações marcantes no desenvolvimento da linguagem e da interação social, além da presença de comportamentos estereotipados e repetitivos, rituais, alterações sensoriais e interesses restritos. Essas características são essenciais para que ocorra o diagnóstico e estão presentes em todos os indivíduos com o transtorno. O termo Espectro é fundamentado no fato de que apesar de todos os indivíduos diagnosticados apresentarem esses sintomas o quadro clínico poderá apresentar níveis de severidade muito distintos, fazendo com que indivíduos com o mesmo diagnóstico, apresentem manifestações clínicas muito diferentes.

O TEA por se tratar de uma síndrome de difícil diagnóstico, acarreta muitas vezes atrasos no desenvolvimento escolar e social dos indivíduos, deixando-os em uma situação de desigualdade e exclusão.

A LEI 12.764, de 11 de dezembro de 1.990, reconhece o Autismo como uma deficiência e garante seus direitos, dentre estes o direito a educação.

Baseado no que preconiza a LEI 12.764, surge a necessidade de observar e pesquisar em escolas de responsabilidade do estado e do município na cidade de Itaberaí as seguintes questões que foram divididas em objetivos, geral e específicos.

OBJETIVO GERAL:

De acordo com a LEI 12.764, quais dificuldades enfrentadas por duas escolas da cidade de Itaberaí no atendimento de alunos com TEA?

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

-Identificar-se na cidade de Itaberaí existe levantamento oficial que registra o número de casos de TEA, bem como, quais dificuldades enfrentadas por duas escolas da cidade no atendimento de alunos com TEA, de acordo com a LEI 12.764.

- Conhecer a realidade escolar das crianças com Necessidades Educacionais Especiais em duas instituições da cidade de Itaberaí;
- Pesquisar se há registros oficiais de casos de TEA na cidade de Itaberaí;
- Descrever as dificuldades enfrentadas por duas escolas da cidade de Itaberaí no atendimento de alunos com TEA, de acordo com a LEI 12.764.

Conhecer e entender as especificidades de cada necessidade especial é muito mais que incluir é integrar e a Educação em seu papel social é uma contribuidora para que essa seja feita de maneira plena, desenvolvendo as habilidades de cada indivíduo.

A presente pesquisa teve motivação quando em 2016 ao participar de uma palestra no auditório da Universidade Unievangélica na cidade de Anápolis, onde a palestrante fora a coautora da Lei 12.764 Berenice Piana, a qual trouxe para a palestra suas experiências próprias como mãe de autista e como defensora dos direitos das pessoas com esse espectro, relatando as dificuldades de inclusão, não só escolar, mas social, despertou a comoção e preocupação de uma futura pedagoga em formação. O relato de outros pais de autistas que também estavam presentes na palestra sobre as dificuldades que esses enfrentam nas instituições escolares, para receber e garantir que os direitos dessas crianças sejam cumpridos, foi algo que chamou a atenção e se tornou relevante para a realização desta pesquisa. Assim sabendo que já são elevados os casos comprovados de pessoas com autismo e a perspectiva de que para os próximos anos irá crescer ainda mais, justificou a necessidade de aprofundamento sobre esse tema e como a inclusão escolar das crianças autistas acontece na cidade de Itaberaí.

Para alcançar os objetivos desejados dessa pesquisa, essa foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta os fundamentos teóricos que explica aos leitores o que são Necessidades Educacionais Especiais, Transtorno do Espectro Autista e as Leis que regulamentam a inclusão.

O segundo capítulo apresenta aos leitores a metodologia que fora utilizada para que a pesquisa pudesse ser realizada, concebe ainda aos leitores a oportunidade de junto ao pesquisador entrar em contato direto com seu objeto de pesquisa.

No terceiro e último capítulo, apresenta-se uma análise dos dados resultantes da pesquisa realizada, trazendo para o leitor relatórios detalhados das entrevistas e suas considerações.

CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO

Necessidades Educacionais Especiais é uma expressão que se refere a todos os alunos que necessitam de apoio educativo especial no decorrer de sua vida escolar, independente da sua gravidade ou duração, defendendo ainda a finalidade da educação, a qual deve garantir igualdade para todos os alunos que tenham ou não deficiência. Essa referência, portanto, está associada à dificuldade de aprendizagem e essa não se associa necessariamente a deficiência.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases- LDB Capítulo V, Art.58, 59 e 60, a Educação Especial é entendida como uma modalidade de educação escolar que é oferecida de preferência na rede regular de ensino, para educandos que tenham algum tipo de necessidade especial. Vejamos o que diz a referida lei.

Art.58.Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público. Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (BRASIL, 1996)

A Declaração de Salamanca ocorrida em 1994 foi fundamental para reforçar em âmbito internacional a importância da educação inclusiva. Como resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, a Declaração de Salamanca trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

A inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino é a questão central, sobre a qual a Declaração de Salamanca discorre.

Na introdução, a Declaração aborda os Direitos humanos e a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos e aponta os princípios de uma educação especial e de uma pedagogia centrada na criança. Em seguida apresenta propostas, direções e recomendações da Estrutura de Ação em Educação Especial, um novo pensar em educação especial, com orientações para ações em nível nacional e em níveis regionais e internacionais. As orientações e sugestões para ações em nível nacional são organizadas nos seguintes subitens:

- A. Política e Organização
- B. Fatores Relativos à Escola
- C. Recrutamento e Treinamento de Educadores
- D. Serviços Externos de Apoio
- E. Áreas Prioritárias
- F. Perspectivas Comunitárias
- G. Requerimentos Relativos a Recursos

Pode-se dizer que o conjunto de recomendações e propostas da Declaração de Salamanca, é guiado pelos seguintes princípios:

- Independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos;
- Toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades educativas especiais;
- A escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos as especificidades da escola;
- O ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças.

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais foi promovida pelo governo espanhol em colaboração com a UNESCO. A Declaração de Salamanca repercutiu de forma significativa, sendo incorporadas as políticas educacionais brasileiras.

Em 2003, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM- IV-TR. 2003), diagnosticava Autismo como sendo um Transtorno Global do Desenvolvimento. Atualmente em sua versão de 2013 o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM 5, 2013), define o Transtorno do Espectro Autista como uma síndrome do desenvolvimento neurológico que acontece precocemente, na qual ocorrem comprometimentos qualitativos no desenvolvimento sociocomunicativo, além da presença de comportamentos estereotipados e de um repertório restrito de interesses e atividades, sendo que os sintomas nessas áreas, tomados conjuntamente, limitam ou dificultam o funcionamento do indivíduo ao longo da vida.

Os direitos das pessoas com Autismo estão baseados na Constituição Federal de 1988 e em várias outras leis específicas para deficiência, tais como as LEIS 7.853/89, 8.742/93, 8.899/94, 10.048/2000 e 10.098/2000, entre outras. Tem-se ainda, enquanto criança e/ou adolescente todos os direitos regidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), quando idosos, que sejam maiores de 60 anos, os direitos contidos no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), bem como em normas assinadas pelo Brasil, por exemplo, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a LEI 12.764, de 11 de dezembro de 1990/12 (Lei Berenice Piana), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, na qual esclarece que o indivíduo diagnosticado no espectro autista, para todos os efeitos legais é considerado como deficiente.

A partir do recorte do problema de pesquisa Necessidades Educacionais Especiais- O Transtorno do Espectro Autista e a LEI 12.764, de 11 de dezembro de 1990, iniciou-se um processo de busca de pesquisa científica, na qual foram utilizadas para base de pesquisa o portal de periódicos de pesquisa da CAPES, o Google acadêmico e grupos de trabalho do

¹ANPED. Contudo, para embasar essa pesquisa optou-se pelo site do portal de periódicos de pesquisa da CAPES, com recorte de tempo, utilizando-se os últimos dez anos. As palavras-chaves utilizadas na busca foram: ESPECTRO AUTISTA e EDUCAÇÃO INCLUSIVA. A busca resultou em treze artigos que tratavam sobre o tema. Fez-se então uma leitura exploratória e dez artigos foram descartados, e três textos serviram como base para análise neste Referencial Teórico.

A partir da pesquisa observou-se que o tema em questão ainda é pouco analisado, provavelmente por se tratar de um tema considerado novo, limitando em apenas três artigos que vieram ao encontro com a pesquisa desejada. Alguns entraves como a não disponibilidade do artigo para textos online, por exemplo, estiveram presentes na pesquisa.

Após análise dos três artigos, que também trouxeram contribuições para o referencial teórico deste trabalho, faz-se a exposição dos achados e respostas encontradas pelos autores ao pesquisarem o mesmo tema aqui apresentado.

Quadro 1: textos analisados

Nº	Autores	Título	Ano de Publicação
01	MARQUES, Jaqueline Belga, GIROTO, Claudia Regina Mosca.	Trabalho docente com alunos público-alvo da educação especial na educação infantil.	2016
02	GUARESCHI, Taís, NAUJORKS, Maria Inês.	A educação do garoto selvagem de Aveyron e a proposta contemporânea de escolarização de alunos com transtorno do espectro autista: possibilidades de leitura	2016
03	RIBEIRO, Ana Sofia, CAVALCANTE, Joana, CRUZ,	Perspectivas atuais da Educação Intercultural na promoção da escola	2015

¹ LEI Nº 7.853/89 Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

LEI Nº 8.742/93 LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

LEI Nº 8899/94 Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

LEI Nº 10.048/2000 Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

LEI Nº 10.098/2000 Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

	Mario.	inclusiva.	
--	--------	------------	--

Fonte: elaboração da autora, 2018

O primeiro artigo analisado sob o título “Trabalho docente com alunos público-alvo da educação especial na educação infantil” de Jaqueline Belga Marques e Claudia Regina Mosca Giroto, publicado no ano de 2016.

Para Marques e Giroto (2016) a educação inclusiva ainda está em caminho de construção, são muitos os entraves que impedem que essa tenha efetividade por completo, dentre os vários entraves encontrados pelas autoras um deles em sua percepção é o de maior relevância.

A precarização da formação docente, no que tange aos mais diversos aspectos que necessitam ser considerados pelo professor do ensino regular para a escolarização desse público, tem se constituído num dos mais importantes entraves para a promoção da inclusão dos alunos PAEE, nos diferentes contextos educacionais. (MARQUES e GIROTO,2016,p.12).

Observa-se por parte das autoras uma preocupação no que diz respeito a formação docente, pois essa ainda não está adequada para atender com total propriedade de compreensão dos múltiplos fatores da inclusão dos alunos, Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE). Outro fator que as autoras apontam e que muito tem se debatido diz respeito a responsabilidade que cada profissional da Instituição tem dentro desse processo de inclusão.

[...] A gestão escolar, em muitas situações, não atua de forma a promover uma política institucional de corresponsabilização de todos nesse processo e, comumente, fica a cargo do professor da sala regular percorrer um caminho solitário em busca da resolução de questões que precisam ser compartilhadas pela escola, de modo geral, em colaboração com a família e a comunidade. (MARQUES e GIROTO,2016,p.14).

Neste sentido, as autoras tratam de uma realidade de muitos professores que se percebem sozinhos para buscar meios e respostas de como fazer concretizar a inclusão de alunos PAEE, em sua maioria não contam com a integração e colaboração da gestão escolar, da família e da comunidade, o que provoca nos professores uma sensação de incapacidade, cansaço e insegurança, deixando-os sobrecarregados.

Em meio a esse cenário as autoras destacam ainda que apesar das recomendações legais, essas ainda não acontecem de forma concreta, a organização das escolas também não se encontra em condições para efetivação e sistematização da gestão colaborativa dentro de seus

próprios espaços. A infraestrutura das escolas também tem se apresentado insuficiente para receber e atender com acessibilidade esse público.

O segundo artigo analisado foi “A educação do garoto selvagem de Aveyron e a proposta contemporânea de escolarização de alunos com transtorno do espectro autista: possibilidades de leitura” de Taís Guareschi e Maria Inês Naujorks.

As autoras Guareschi e Naujorks (2016) apresentam em seu artigo que as várias possibilidades de aprendizagem devem ser levadas em consideração e serem exploradas, não limitando em apenas uma possibilidade, um método, mas que os professores aqui em específico os de alunos autistas precisam desenvolver várias estratégias de ensino, não adotando um método de ensino único, considerando as particularidades e especificidades de cada sujeito, construindo assim um aprendizado singular e que muitas vezes foge do comportamento que é considerado socialmente correto e aceitável, deixando claro o propósito da inclusão: a diferença e a particularidade de cada um.

[...] A indicação de um determinado método pode amenizar a angústia inicial de se deparar com alunos considerados estranhos em um primeiro momento porque, por exemplo, se recusam a utilizar o lápis e a escrever, tarefa tão cara para a escola. Contudo, ao adotarmos métodos fechados, permeados de certezas, poderemos obstaculizar as manifestações singulares do estudante, que emergem para além do que está previsto como correto no programa. A essas manifestações é preciso dar sentido, é necessário fazer laço com o social para que não se tornem repetições ou ecolalias sem significado, assim como a pronúncia da palavra *leite* por Victor. Essa fala nunca foi tomada como um pedido endereçado ao outro. (GUARESCHI e NAUJORKS, 2016,p. 10)

Destacando ainda as autoras Guareschi e Naujorks (2016), reafirmam “É preciso considerar que na educação inclusiva não se trata de ensinar estátuas de mármore, como na metáfora de Condillac. O professor se depara com alunos reais, assim como Itard deparou-se com o menino selvagem” (P.10).

Os achados das autoras apresentam uma educação inclusiva dando significados a cada aprendizagem, não focando apenas em um método concebido como único, precisando os professores estar atentos e valorizando cada nova descoberta significativa para os alunos autistas e dentre elas citarmos a interação social.

O terceiro artigo analisado, intitulado “Perspectivas atuais da Educação Intercultural na promoção da escola inclusiva”, escrito pelos/as autores/as Ana Sofia Ribeiro, Joana Cavalcante e Mario Cruz 2015, também trata da inclusão nas perspectivas atuais da educação na sociedade contemporânea, o que para os/as autor vem sendo um desafio para as escolas.

No terceiro artigo trata-se do papel principal da educação na sociedade. Através dessa promover a inclusão e o trabalho interdisciplinar de profissionais na promoção de uma educação que seja também intercultural.

Os/as autores/as destacam os desafios enfrentados pela educação na atual sociedade, pois a escola e a sociedade se encontram em constante dicotomia intitulada pelos estudiosos de cegueira cultural. Destaca-se ainda a diversificação social e que essa deve ser tratada nas escolas como práticas inclusivas.

[...] Se tivermos em consideração Perrenoud (1996), a Educação Intercultural assenta num princípio da concretização de uma pedagogia diferenciadora sensível à diferença, à especificidade de cada criança, reconhecendo a complexidade do ser humano. Actualmente, a escola constitui-se como uma área de reflexão, por excelência, do pensamento educacional, em que urge a necessidade que se desvincule do seu tradicionalismo de uma “escola de massas” e se aposte em práticas educacionais interculturais e inclusivas. Aliada à criação de um currículo escolar que reflecta políticas educativas que incrementem uma perspectiva dinâmica da diversidade é necessária a formação dos sujeitos para que estes se sintam preparados para actuar numa sociedade cada vez mais globalizada e multicultural. (RIBEIRO, CAVALCANTE e CRUZ, 2015, p. 05).

Observa-se a pontuação dos/as autores/as ao destacarem que a escola atualmente se constitui numa área de reflexão, do pensamento educacional, e que esse tem urgência de deixar de ser uma escola de massas e passe a adotar práticas educacionais interculturais e inclusivas, criando um currículo com reflexões de políticas educativas que contemplem a diversidade e prepare os alunos para a realidade global. Para tal os/as autores/as acrescentam que a escola se encontra em transformação, em mudanças de paradigmas pautadas em uma filosofia de escola de massas, escola para todos, para um paradigma com bases em um modelo educacional que contemple a interculturalidade, onde esta seja o alicerce das práticas inclusivas dos alunos com Necessidades Educativas Especiais e que isso ocorra já desde a Educação Pré-escolar.

[...] a escola encontra-se numa mudança de paradigma assente numa filosofia de uma escola de massas, uma “escola para todos”, para um paradigma baseado num modelo educacional no âmbito da interculturalidade, alicerce das práticas inclusivas dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, desde a Educação Pré-escolar. (RIBEIRO, CAVALCANTE e CRUZ, 2015, p. 05).

Percebe-se que em todos os artigos os autores/as preocupam-se em verificar como vem acontecendo a inclusão educacional de alunos com Necessidades Educativas Especiais, com ênfase no autismo, como essa inclusão é pensada nas práticas pedagógicas, considerando a

diversidade cultural, as diferenças e as especificidades de cada criança, bem como a atuação docente em sala de aula no atendimento desse público, em conformidades com as leis vigentes e com a necessidade da educação se adequar a realidade global. Observando ainda a importância das práticas colaborativas da escola como um todo, a família e os outros profissionais envolvidos no processo de desenvolvimento das crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

CAPÍTULO 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Metodologia são estratégias escolhidas para percorrer os caminhos para se alcançar resultados que poderão responder os problemas estabelecidos nos objetivos de pesquisa.

Para a Pesquisa de Campo aqui apresentada foi utilizada Pesquisa Descritiva e para os procedimentos técnicos da pesquisa utilizou-se análise documental e entrevista semiestruturada, com professores e coordenadores pedagógicos de duas instituições de ensino fundamental na cidade de Itaberaí. Foi realizada ainda, entrevista com profissionais de inclusão da Secretaria Municipal de Educação e levantamento dos registros de casos de TEA na Secretaria Municipal de Saúde.

A realização da pesquisa se deu em três etapas, iniciando com visita e entrevista na Secretaria Municipal de Educação, após aconteceria a averiguação na Secretaria Municipal de Saúde, contudo essa se negou a contribuir e finalizando realizamos entrevistas nas instituições de ensino. Após o término do levantamento, os dados coletados e os resultados foram apresentados em forma de relatório. Como instrumentos de pesquisa seriam utilizados a análise documental e entrevista semiestruturada.

Segundo Ludke& André (1986, p. 38), a análise documental é uma técnica valiosa na abordagem de dados qualitativos. São considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser utilizados como fonte informação, incluindo “leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão, até livros, estatísticas e arquivos escolares” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Análise documental é definida ainda por Ludke; André (1986) como um instrumento utilizado para pesquisa e se constitui em uma importante técnica na pesquisa qualitativa, não só para complementar informações já levantadas por outras técnicas, como também mostrando novos aspectos de um tema ou problema. Essa análise é feita através de documentos de várias categorias. Para a pesquisa aqui apresentada, intencionou-se utilizar a análise documental de documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde, dos registros de casos de portadores do TEA, contudo essa análise documental não foi permitida. Na Secretaria Municipal de Saúde foi simplesmente ignorada a relevância dessa análise para o trabalho acadêmico proposto, nem mesmo uma breve conversa informal com a pessoa responsável por esta área foi consentida. Esse momento provocou frustração, indignação e deixou inculcado um porque?.

Na subsecretaria a análise documental também não foi possível, pois a mediadora da inclusão, disse não saber onde ao certo encontrar tais documentos e que não disponibilizava de tempo para essa procura.

Na Secretaria Municipal de Educação a coordenadora disse ter tudo muito bem organizado e registrado, contudo também disse não disponibilizar de tempo para apresentar esses documentos para que fossem analisados.

Entrevistas semiestruturadas segundo Ludke; André (1986) promovem uma interação importante entre o pesquisador e o participante, não havendo a imposição de uma ordem rígida de questões. Assim o entrevistador poderá ter um conjunto de questões predefinidas, contudo podendo ser colocadas novas questões conforme necessidade ou interesse que surja no decorrer da entrevista objetivando melhores resultados da pesquisa. Como a entrevista semiestruturada possui flexibilidade, tem a vantagem de possibilitar que outras questões sejam levantadas no decorrer da entrevista.

Realizou-se a entrevista semiestruturada com duas profissionais da área da inclusão uma da Secretaria Municipal de Educação e a outra da Subsecretaria Regional de Educação, duas coordenadores pedagógicos, uma da escola Municipal Paulo Freire e uma da escola Estadual Vygotsky e com quatro professoras, sendo duas professora uma de apoio e uma do AEE de duas escolas da cidade de Itaberaí, uma de responsabilidade do município e a outra sob a responsabilidade do estado, totalizando oito sujeitos participantes da entrevista.

As entrevistas transcorreram de forma participativa e harmoniosa, possibilitando a conclusão dos objetivos levantados no Problema de Pesquisa apresentado neste TCC, embora algumas observações propostas não terem sido autorizadas considerou-se satisfatório os resultados encontrados e aqui descritos.

Os Instrumentos da pesquisa se encontram no Apêndice deste TCC.

CAPÍTULO 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo a partir de visitas, entrevistas semiestruturadas, conversas informais e observações que foram realizadas na Subsecretaria Regional de Educação, na Secretaria Municipal de Educação e nas escolas Paulo Freire e Vygotsky (nomes fictícios escolhidos para as duas instituições de ensino), foi possível apresentar em forma de relatórios as análises dos dados coletados nessas Instituições, traçando um paralelo com os achados do Problema de Pesquisa desse trabalho, com outras pesquisas já existentes e citadas no Referencial Teórico que compõe este TCC.

Constatou-se assim como Marques e Giroto (2016) que a educação inclusiva ainda está em caminho de construção e que são muitos os entraves que impedem que essa tenha efetividade por completo, dentre os vários entraves encontrados pelas autoras acima citadas e pela autora desse TCC, diz respeito a formação docente, pois essa ainda não está adequada para atender com total propriedade de compreensão dos múltiplos fatores da inclusão dos alunos, Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE), apesar de que nos achados de pesquisa deste TCC todos os professores dizerem ter cursos e capacitações para atuarem com as NEE, é percebido que essa atuação não acontece com total propriedade de adequação. Outro entrave destacado pelas autoras e encontrado na pesquisa realizada para este TCC, trata-se da falta de integração e colaboração da família e da comunidade, no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com NEE.

Assim como as autoras Guarescchi e Naujorks (2016) as professoras sujeitos participantes das entrevistas propostas na pesquisa realizada para este trabalho apresentam uma educação inclusiva dando significados a cada aprendizagem, não focando apenas em um método concebido como único, estando assim os professores atentos e valorizando cada nova descoberta significativa para os alunos autistas e dentre elas destacarmos e citarmos a interação social.

Pontua-se ainda bem como os autores/as Ribeiro, Cavalcante e Cruz (2015), destacando que a escola atualmente se constitui numa área de reflexão, do pensamento educacional, e que esse tem urgência de deixar de ser uma escola de massas e passe a adotar práticas educacionais interculturais e inclusivas, criando um currículo com reflexões de políticas educativas que contemplem a diversidade e prepare os alunos para a realidade global e que essa se encontra em transformação, em mudanças de paradigmas pautadas em uma

filosofia de escola de massas, escola para todos, para um paradigma com bases em um modelo educacional que contemple a interculturalidade, onde esta seja o alicerce das práticas inclusivas dos alunos com Necessidades Educativas Especiais e que isso ocorra já desde a Educação Pré-escolar.

Nesse sentido a Pesquisa realizada pode se concretizar e se apoiar nos achados dos autores citados o que deu sustentação aos seus próprios achados.

3.1 Relatório de entrevista na Secretaria Municipal de Educação de Itaberaí, Coordenadora da Inclusão.

Nessa Instituição a recepção pareceu-nos bastante atenta e sem preocupações em contribuir com a construção da proposta do Problema de Pesquisa que lhes foi apresentado, contudo a análise documental que era a proposta de Instrumento de Pesquisa a se utilizar, não aconteceu, pois a Coordenadora da Inclusão, apesar de muito atenciosa e prestativa, disse não disponibilizar de tempo para o acompanhamento da análise dos documentos.

Seguindo o roteiro da entrevista para os profissionais da área de inclusão da Secretaria Municipal de Educação (encontra-se no apêndice deste TCC) apresentamos aqui o relatório desta.

O atendimento das crianças com Necessidades Educacionais Especiais se dá a partir do momento em que um aluno com NEE é matriculado em uma das unidades escolares municipal, a equipe gestora de imediato se mobiliza em dispor a essa um profissional de apoio (professor de apoio ou cuidador) de acordo com o potencial do aluno. Além de acompanhamento desse profissional é oferecido a esse aluno, o atendimento com uma professora na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contra turno, alternando ao seu horário de aula em sala regular de ensino.

A Secretaria Municipal de Ensino conta também com uma equipe multiprofissional do Núcleo de Apoio à Inclusão Escolar (NAIE), composta por uma coordenadora, uma psicopedagoga e uma psicóloga (essa equipe contava com outros profissionais em seu quadro, mas conforme muda a gestão municipal, os interesses também mudam e alguns setores sofrem com essas mudanças, como é o caso aqui apresentado) que acompanham todos os alunos matriculados na rede municipal de ensino, com foco especial nos alunos com NEE, essa equipe também orienta os

familiares, faz encaminhamentos para outros profissionais especializados da rede municipal de saúde, quando o município os tem, ministra cursos e oficinas de capacitação, realiza visitas às unidades escolares do município, ofertando o atendimento institucional.

Segundo a Coordenadora da Inclusão da Secretaria Municipal de Educação, a rede municipal de educação está composta por: nove escolas, três CMEIs e um EMEI, totalizando treze instituições de ensino do município. A mesma, disse ter os registros com quantitativos e dados pessoais de todos os alunos com NEE, matriculados na rede municipal de educação que totalizam um quantitativo de cento e oitenta e seis e que atualmente estão matriculados dezessete alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), esses alunos contam com acompanhamento de um professor de apoio ou de um cuidador, conforme a necessidade de cada um.

Em relação à questão três apresentada no roteiro da entrevista semiestruturada que traz a pergunta: Existe uma Lei Orgânica municipal que ampare os direitos dos alunos diagnosticados com TEA, com base na Lei Federal nº 12.764, de 11 de dezembro de 1990? (ver no apêndice deste TCC) a coordenadora disse que o município não tem uma Lei Orgânica que ampare os direitos dos alunos diagnosticados com TEA, com base na Lei Federal nº 12.764, de 11 de dezembro de 1990. O Sistema Municipal de Ensino de Itaberaí é instituído pela Lei nº 1.233/2013, pelo Regime Escolar, pelas Diretrizes da Rede Municipal de Educação e pelo PPP.

3.2 Relatório de entrevista com a Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Paulo Freire

A instituição de ensino Paulo Freire é considerada a melhor escola do município em questões estruturais, organização e de atendimento ao público infantil e infanto-juvenil. Essa instituição atende alunos da primeira e segunda fase do ensino fundamental, com oferta nos dois turnos de trabalho matutino e vespertino, estão matriculados na instituição um total de setecentos e setenta e nove alunos.

Logo ao chegar à escola teve-se uma impressão de ser um local onde a educação é levada muito a sério e os alunos recebidos e tratados com o devido compromisso que a educação tem com a sociedade. Não vamos atermos aqui nas

questões estruturais da escola e sim no foco do Problema de Pesquisa o qual nos levou até essa instituição.

A coordenadora pedagógica da escola municipal Paulo Freire da cidade de Itaberaí tem formação acadêmica em Letras e pós-graduada em Inclusão. No turno matutino exerce o cargo (função) de coordenadora pedagógica e no turno vespertino exerce o cargo (função) de professora de apoio nessa mesma instituição.

Seguindo o roteiro de entrevista para coordenadores (encontra-se no apêndice deste TCC), a coordenadora relata que tem conhecimento da Lei Federal nº 12.764, de 11 de dezembro de 1990 e que esta é bastante importante. O atendimento especializado faz toda a diferença na vida do educando, assim como trás benefícios também no convívio com outras crianças.

No momento a escola Paulo Freire atende apenas uma criança diagnosticada com TEA, mas essa realidade pode mudar no decorrer do ano letivo, pois a cidade tem uma rotatividade grande de pessoas chegando e saindo em busca de trabalho e isso reflete também na unidade escolar. Segundo a coordenadora a escola em si não tem muitas dificuldades em receber e incluir crianças diagnosticadas com TEA e dessa forma cumprem o que estabelece a Lei 12.764, acrescenta que existe uma parceria entre escola e Secretaria Municipal de Educação o que de fato pôde ser observado durante o período de pesquisa. A coordenadora ressalta que a maior dificuldade se encontra muitas vezes na família dessas crianças que por vezes se recusam a aceitar que a criança tem uma Necessidade Educacional Especial, não procuram ajuda e em muitos casos não prosseguem com o atendimento, chegando até mesmo a transferir a criança de escola. Essa dificuldade relatada pela coordenadora é observada também no que diz respeito a participação dos responsáveis pelas crianças em sua vida escolar. Ressalta ainda que dos setecentos e setenta e nove alunos matriculados a escola conta com a participação de no máximo 100 responsáveis pelos alunos quando são solicitados a comparecerem na unidade escolar para tratar de algum assunto específico ou mesmo na rotina diária das crianças. Assim sem grandes dificuldades a escola recebe e inclui todos os alunos com NEE que chegam até a unidade e essa conta com treze professores de apoio que trabalham para a realização de uma educação inclusiva e de qualidade.

3.3 Relatório de entrevista para professores Professora de apoio da Escola Municipal Paulo Freire

A instituição escolar Paulo Freire teve uma participação bastante espontânea e colaborativa para a realização da pesquisa apresentada, contudo a observação em sala de aula da rotina do aluno com TEA, não foi possível, pois segundo nos foi informado que a criança se encontrava doente, ficando assim em repouso em sua casa.

Com base no roteiro de entrevista para professores (encontra-se no apêndice deste TCC) a professora de apoio nos relata que recebeu capacitação adequada para trabalhar com NEE, é pós-graduada em Psicopedagogia e que todos os professores de apoio que trabalham na instituição já fizeram curso de capacitação, o que é uma constante realização da Secretaria Municipal de Educação, a oferta de formação continuada aos profissionais vinculados a ela.

Ao se levantar a questão de quais dificuldades você (professora) enfrenta no acompanhamento de crianças diagnosticadas com TEA, em cumprimento da Lei Federal nº 12.764, de 11 de dezembro de 1.990 a professora disse não enfrentar nenhuma dificuldade, uma vez que a escola além do professor de apoio conta também com o professor do Atendimento Educacional Especializado AEE, para o acompanhamento dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Professora do AEE da Escola Municipal Paulo Freire

Formada em Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia, tem experiência de dez anos com o trabalho na área da inclusão e desses dez anos, cinco são de trabalho na referida instituição. A professora relata que os alunos com NEE estudam em salas de aula regulares e são acompanhadas no contra turno em sala específica com equipamentos digitais e jogos pedagógicos pensados e planejados para cada especificidade. O atendimento dispensado a cada aluno na sala do AEE tem duração de duas horas, um dia na semana. A professora disse ter conhecimento da Lei 12.764 e não enfrentar nenhuma dificuldade no acompanhamento de crianças (aluno) diagnosticados com TEA e que essas sempre se desenvolvem em todos os aspectos quando recebem uma educação que assegure todos seus direitos, bem como a participação efetiva da família em todas as etapas de aprendizagem. Acrescenta ainda que a escola ao receber os alunos com NEE faz um encaminhamento para que essa

criança tenha atendimento com uma equipe multiprofissional fora da escola e que assim possa desenvolver todas suas habilidades.

Para alcançar um melhor resultado e fazendo comparativos para melhor entender a oferta educacional do município, a Pesquisa de Campo proposta neste trabalho foi realizada em duas escolas da cidade de Itaberaí, uma da rede municipal e a outra da rede estadual. Com todas as etapas da pesquisa já realizadas e o relatório da rede municipal de ensino já concluído apresentamos em seguida o relatório da rede estadual de ensino.

3.4 Relatório de entrevista na Subsecretaria Regional de Educação de Itaberaí, Mediadora da Inclusão.

A Mediadora da Inclusão foi quem nos recebeu nesta instituição, onde também não foram disponibilizados os documentos contendo os registros de crianças diagnosticadas com TEA, matriculadas na rede estadual de ensino. A insegurança e chegou até dizer parecer-nos medo da Mediadora da Inclusão em participar da Pesquisa de Campo a ela apresentada causou-nos uma inculcação e uma dúvida se realmente as escolas de responsabilidade do estado trabalham a inclusão.

Após a mediadora fazer a leitura dos documentos apresentados para a realização da pesquisa e uma breve conversa, essa concordou em participar, mas com informações restritas. Afirma ter todos os registros, mas não dispor de tempo para apresentá-los.

Respondendo ao questionamento proposto no roteiro de entrevista para profissionais da área da inclusão (ver no apêndice deste TCC), a mediadora da inclusão disse que o atendimento das crianças com Necessidades Educacionais Especiais acontece em salas de aula regular, com a presença de um professor de apoio e com a preocupação de não haver exclusão das mesmas por parte dos professores e nem por parte dos outros alunos. Os conteúdos são planejados de forma flexível e adaptados pelos professores para atender as necessidades dos estudantes com TEA.

Segundo a mediadora da inclusão a Regional de Itaberaí possui treze Unidades Escolares distribuídas em quatro municípios que são: Americano do Brasil, Itaguari, Itaguaru e a cidade de Itaberaí onde se encontra a sede da Subsecretaria. Puxando na memória afirma que na rede estadual estão matriculados cerca de quinze alunos

diagnosticados com TEA. As informações aqui relatadas pela mediadora não deixou-nos com clareza de quantos alunos diagnosticados com TEA são atendidos na rede estadual de ensino de Itaberaí. Pareceu-nos também que a mediadora não tem conhecimento da Lei 12.764.

3.5 Relatório de entrevista com a Coordenadora Pedagógica da Escola Estadual Vygotsky

Percebeu-se que a escola Vygotsky atende um número grande de alunos e que é a única escola de responsabilidade do estado que atende o ensino fundamental primeira e segunda fase e ensino médio em horário integral. Apesar de apresentar uma estrutura com bastantes reparos necessitando de serem feitos, pareceu-nos que os alunos e funcionários da instituição convivem harmoniosamente.

A coordenadora pedagógica da instituição não ofereceu nenhuma resistência em atender a solicitação de participação na Pesquisa de Campo apresentada neste trabalho. Foi muito sincera em dizer que não tem conhecimento da Lei 12.764 de 11 de dezembro de 1.990 que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, na qual esclarece que o indivíduo diagnosticado no espectro autista, para todos os efeitos legais é considerado como deficiente.

Atualmente a escola Vygotsky atende quatro crianças diagnosticadas com TEA. Para receber essas crianças a instituição não enfrenta nenhuma dificuldade. A inclusão é adaptada de acordo com as possibilidades humanas (professores e colegas), docentes, discentes e se estende desde o porteiro que recebe as crianças até o grupo gestor da escola.

A escola conta com o suporte da sala de AEE, mas que essa também está meio limitada não tendo disponível todos os recursos tecnológicos necessários. A coordenadora pedagógica relata ainda que a instituição está limitada não contando com um suporte médico (clínico), mas que apesar de tudo o amor para com os alunos é garantido pela equipe escolar.

3.5 Relatório de entrevista para professores

Professora de apoio da Escola Estadual Vygotsky

Para a realização das entrevistas foi utilizado o mesmo roteiro tanto na rede municipal, como na rede estadual de ensino, seguindo a mesma proposta.

A professora de apoio da Escola Estadual Vygotsky, trabalha na educação escolar há um tempo considerável, relata que não recebeu capacitação para trabalhar com Necessidades Educacionais Especiais e que só após um tempo que já estava trabalhando começou a fazer cursos na área (por conta própria), ler livros que abordavam as NEE, participar de rodas de leitura e atualmente é pós-graduada na área da inclusão. Lembra ainda que a Subsecretaria Regional do Estado não oferece formação continuada aos profissionais vinculados a essa instituição. Constatou-se que apesar dos esforços em busca de capacitação adequada para realização do trabalho de inclusão dos alunos com NEE, leituras e pesquisas na área, a professora de apoio não tem conhecimento da Lei 12.764.

Em relação ao questionamento (ver no apêndice deste TCC) das dificuldades enfrentadas por ela (professora) no acompanhamento de crianças diagnosticadas com TEA, a professora de apoio disse observar que as dificuldades existem, mas essas são sanadas. Contudo se a unidade escolar pudesse contar com todo aparato legal, seria mais fácil. Ressalta que um dos aspectos principais para trabalhar com qualquer que seja a especificidade é o amor, carinho e a perseverança.

Professora do AEE da Escola Estadual Vygotsky

A entrevista com a professora do AEE da Escola Estadual Vygotsky aconteceu na sala do AEE, onde pôde se observar uma precariedade no mobiliário e demais itens que constituem a sala.

Pareceu-nos curioso fato de que a professora do AEE da Escola Estadual Vygotsky também desconhece a Lei 12.764, apesar ter em seu quadro de alunos quatro autistas.

A professora relatou ter recebido capacitação para trabalhar com Necessidades Educacionais Especiais e que trabalha com a educação especial já faz vinte anos. Disse-nos que a escola enfrenta grandes dificuldades por trabalhar sozinha, sem apoio

de uma equipe multiprofissional e que as famílias das crianças não tem estrutura para acompanhar o desenvolvimento das crianças. As famílias em sua maioria sofrem muitas carências e que o público dessa unidade escolar vem de bairros mais desfavorecidos da cidade. Lembra com saudosismo que a escola Vygotsky foi tida como escola referencia na Educação Inclusiva quando essa foi implementada no ano de 2001 e contava com pleno apoio do Estado. No ano de 2013 a escola deu início ao Projeto Refazer que atendia especificamente os alunos diagnosticados com TEA, desenvolvendo um trabalho com a contribuição de uma equipe multiprofissional. Esse Projeto não está mais em funcionamento, pois segundo o que nos relatou a professora a educação sofre interferências quando o estado passa por processo eleitoral e os gestores do estado mudam, mudam também os interesses e as prioridades, não se importando com responsabilidade que estes têm com a sociedade e com o que regulamenta a Lei. A professora faz ainda uma relevante queixa de que a cidade de Itaberaí não conta com a instalação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) na cidade, deixando essa ainda mais desamparada.

Lamentável mais também não nos foi possível acompanhar e observar a rotina dos alunos com TEA nessa unidade escolar, uma vez que também foi nos dito que esses se encontravam doentes.

Nas duas unidades escolar visitadas os alunos autistas são atendidos em salas regular e em salas de AEE.

Os achados da Pesquisa de Campo propostos para o Problema de Pesquisa apresentado neste TCC encontram-se em concordância com as pesquisa já existentes dos/as autores/as Marque e Giroto (2015), Guarescchi e Naujorks (2016) e Ribeiro, Cavalcante e Cruz (2015), concluindo que:

A Inclusão dos alunos com NEE ainda acontece de forma lenta, às escolas precisam de mais estrutura física, em se tratando das salas de AEE, que se encontram com pouco espaço e mobiliário sucateado e apesar dos docentes dizerem que tem formação adequada para o atendimento desses alunos é importante ressaltar que os mesmos desconhecem Leis que regulamentam os direitos dos alunos com TEA e esse transtorno é ainda pouco estudado pelos profissionais da educação. Outro ponto não menos importante e que merece destaque diz respeito com a integração e colaboração da família e da comunidade em uma gestão escolar democrática que apoie o professor dando a esse mais segurança e suporte para a realização de uma educação inclusiva de fato e de direito, a relevância de significados a cada aprendizagem, não focando apenas em um método, valorizando cada nova descoberta significativa para os

alunos autistas dentre elas a interação social e a urgência das escolas deixarem de ser uma escola de massas e passem a adotar práticas educacionais interculturais e inclusivas, criando um currículo com reflexões de políticas educativas que contemplem a diversidade e prepare os alunos para a realidade global.

Destaca-se que o poder público aqui neste trabalho se mostrou ineficiente e pouco preocupado a se adequar a realidade global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da pesquisa não foi tarefa fácil, contudo se reconhece a relevância e importância da mesma para a formação acadêmica e para a investigação do Problema de Pesquisa levantado pela autora ao se preocupar em saber as formas que a Inclusão de alunos autistas ocorre na cidade de Itaberaí. Para tanto foram planejadas análises documentais na Secretaria Municipal de Educação e na Secretaria Municipal de Saúde, bem como visita e entrevistas em duas escolas da cidade de Itaberaí-GO, uma de responsabilidade do município e a outra sobre responsabilidade do estado.

O levantamento dos dados por meios de documentos não aconteceu, deixando uma sensação de que os registros não são feitos ou são feitos de forma irregular, ou ainda que os responsáveis por tais documentos sejam pessoas que não estão preocupadas com a realidade local, se omitindo assim de suas responsabilidades, uma vez que não houveram, não se pode ser questionado, isso se tratando da Secretaria Municipal de Saúde e Subsecretaria Estadual de Educação.

A Pesquisa de Campo proporcionou uma rica visão e percepção referente às duas instituições que apresentam diferenças no que diz respeito a formação docente, ao apoio gestor, a oferta de formação continuada por meio de suas secretarias, e a estrutura física das escolas e secretarias visitadas e observadas.

Ao iniciar as atividades propostas de realização de entrevistas semiestruturadas e análise documental foram sendo construídas percepções sobre a realidade das escolas e da inclusão que nessas acontece. Não há de se negar que há por parte dos professores um desejo muito grande de que a inclusão dos alunos autistas, bem como de alunos com outras NEE, aconteça de fato e não somente de direito, o trabalho realizado é sem dúvida árduo e com amor. As questões sociais também são pontos limitadores da inclusão e do desenvolvimento de alguns alunos. Tem se que reconhecer que vivemos tempos difíceis, onde ocorreram cortes expressivos na área da educação e isso também é mais um fator para se considerar dentro do cenário da inclusão nas escolas públicas.

Considerou-se satisfatório os resultados da pesquisa para se alcançar o objetivo geral e os objetivos específicos levantados no problema de pesquisa, contudo o objetivo específico de pesquisar na Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e

Subsecretaria de Educação, se há registros oficiais de casos de TEA na cidade de Itaberaí, não foi alcançado, deixando-nos assim sem informações sobre a questão levantada.

A realização de um trabalho de pesquisa não se encerra ao se realizar as atividades propostas, pois nos possibilitam a outras percepções e indagações que por certo serão elementos de novas pesquisas, pois o trabalho da educação se consiste também em investigar como essa ao longo do tempo vem se transformando e se adequando as necessidades reais e globais dos alunos, que cada vez mais precisam ser inseridos e atendidos em suas especificidades.

Uma nova indagação surgiu e pareceu-nos bastante curioso o fato de ter-se encontrado nas escolas visitadas a presença apenas de professoras tanto no que se refere a professora regente de sala, quanto a professora de apoio, quanto a professora do AEE. É percebido que a educação infantil ainda está a cargo das mulheres/professoras.

Outro questionamento que nos pareceu bastante relevante para uma futura pesquisa é a indagação: A cargo de quem está a responsabilidade de assegurar se de fato a inclusão de alunos com NEE acontece nas escolas?

Por fim o recorte do problema de pesquisa Necessidades Educacionais Especiais- O Transtorno do Espectro Autista e a lei 12.764, de 11 de dezembro de 1990, na qual esclarece que o indivíduo diagnosticado no espectro autista, para todos os efeitos legais é considerado como deficiente, ainda é pouco conhecido e causou-nos preocupação, pois esse espectro tem previsão de elevados números de casos para os anos futuros e não tão distantes, ficando assim a cargo e responsabilidade de novos docentes continuarem as transformações necessárias para uma educação inclusiva que esteja atenta, atualizada e preparada para que essa seja mais que inclusiva, que seja integradora.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, de 1988. Capítulo II, dos Direitos Sociais. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em setembro de 2018.

BRASIL, LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em setembro de 2018.

BRASIL, LEI Nº 8.899, DE 29 DE JUNHO DE 1994. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8899.htm. Acesso em setembro de 2018.

BRASIL, LEI Nº 9394/96 . **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**, 20 de dezembro de 1996 CAPITULO V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL Art. 58

BRASIL, LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em setembro de 2018.

BRASIL, LEIS 7.853/89, Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Acesso em 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Necessidades Educativas Especiais- NEE In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO, 1994.

GUARESCHI, Taís; NAUJORKS, Maria Inês. A educação do garoto selvagem de Aveyron e a proposta contemporânea de escolarização de alunos com transtorno do espectro autista: possibilidades de leitura”. Revista Educação Especial. v.29, n.56, set./dez.2016. Disponível

em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/23725/pdf>>. Acesso em 04 de setembro de 2018.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.**

MARQUES, Jaqueline Belga; GIROTO, Claudia Regina Mosca. “Trabalho docente com alunos público-alvo da educação especial na educação infantil”. 2016. In. RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 11, n. esp. 2, p.895-910, 2016. E-ISSN: 1982-5587 DOI: <https://dx.doi.org/10.21723/riaee.v11.esp2.p895-910> 895 TRABALHO DOCENTE COM ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL ACADEMIC WORK WITH PUBLIC TARGET STUDENTS OF SPECIAL EDUCATION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION Jaqueline Belga MARQUES Claudia Regina Mosca GIROTO. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8933/5875>>. Acesso em setembro de 2018.

MELERO, Miguel Lopez- Diversidade e cultura: uma escola sem exclusões. Universidade de Málaga. Espanha. 2002. Disponível em: <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=11531>. Acesso em 06 de abr. 2018.

MENEZES, Ebenezer Takunode; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete necessidades educacionais especiais. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/necessidades-educacionais-especiais/>>. Acesso em: 06 de abr. 2018.

O que significa PAEE. Leia mais em Brainly.com.br - Disponível em: <<https://brainly.com.br/tarefa/9841946#readmore>>. Acesso em setembro de 2018.

PIAGET, Jean. Seis Estudos de Psicologia. Rio de Janeiro. Editora Forense Universitária LTDA. 1980.

PILONI, Thiago. *Lei Berenice Piana e o acompanhante especializado*. ConteudoJuridico, Brasília-DF: 18 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.53247&seo=1>>. Acesso em: 24 abr. 2018. <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,lei-berenice-piana-e-o-acompanhante-especializado,53247.html>

RIBEIRO, Ana Sofia; CAVALCANTE, Joana; CRUZ, Mario. “Perspectivas atuais da Educação Intercultural na promoção da escola inclusiva”. *Saber & Educar* . 2010; 15: 1-8. Disponível em:

<<https://doaj.org/article/8e48b538c38643b58f620f17e1aabe99?gathStatIcon=true>>. Acesso em setembro de 2018.

SOARES, Alexsandro Rosa. **Inclusão ou integração?** Disponível em: <marparaincluir.blogspot.com.br/2008/10/incluir-ou-integrar.html>. Acesso em 06 de abril de 2018.

ZANON, Regina Basso; BACKES, Bárbara; BOSA, Cleonice Alves. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília vol.30 n°. 1, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, jan./mar.2014. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722014000100004>>. Acesso em fevereiro de 2018.

APÊNDICE



Universidade Aberta do Brasil UAB/UnB
Faculdade de Educação - FE
Professora Orientadora: **Andréia Mello Lacé**
Aluno: Aparecida Alves de Freitas Cardoso

Prezada senhora Secretária de Educação esta pesquisa de campo se insere no âmbito do Componente Curricular Projeto 5, Fase 2 , Faculdade de Educação, Universidade Aberta do Brasil (UAB/UnB) e tem como objetivo: Identificar se na cidade de Itaberaí existe levantamento oficial que registre o número de casos de TEA, bem como, quais dificuldades enfrentadas por duas escolas da cidade no atendimento de alunos com TEA, de acordo com a LEI 12.764.

Desde já agradecemos a sua colaboração!

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Roteiro de entrevista para profissionais da área de inclusão da Secretaria Municipal de Educação, onde serão analisados em documentos como diagnósticos e pasta de documentos pessoais do aluno, para que se verifiquem os casos de crianças diagnosticadas com TEA, matriculadas e seu atendimento em duas unidades escolares da cidade de Itaberaí.

- 1) Como se dá o atendimento das crianças com Necessidades educacionais Especiais?
- 2) A Secretaria Municipal de Educação possui registro do número de alunos matriculados no município diagnosticados com TEA?
- 3) Existe uma Lei Orgânica municipal que ampare os direitos dos alunos diagnosticados com TEA, com base na Lei Federal nº 12.764, de 11 de dezembro de 1990?



Universidade Aberta do Brasil UAB/UnB
Faculdade de Educação - FE
Professora Orientadora: **Andréia Mello Lacé**
Aluno: Aparecida Alves de Freitas Cardoso

Prezados Coordenadores, esta pesquisa de campo se insere no âmbito do Componente Curricular Projeto 5, Fase 2, Faculdade de Educação, Universidade Aberta do Brasil (UAB/UnB) e tem como objetivo: Identificar se na cidade de Itaberaí existe levantamento oficial que registre o número de casos de TEA, bem como, quais dificuldades enfrentadas por duas escolas da cidade no atendimento de alunos com TEA, de acordo com a LEI 12.764.

Desde já agradecemos a sua colaboração!

Roteiro de entrevista para coordenadores pedagógicos

- 4) Caso tenha conhecimento, qual sua percepção sobre essa legislação (Lei Federal nº 12.764, de 11 de dezembro de 1.990).
- 5) A escola atende quantas crianças diagnosticadas com TEA?
- 6) Quais são as dificuldades enfrentadas pela escola para receber e incluir as crianças diagnosticadas com TEA em cumprimento da Lei Federal nº 12.764, de 11 de dezembro de 1990?



Universidade Aberta do Brasil UAB/UnB
Faculdade de Educação - FE
Professora Orientadora: **Andréia Mello Lacé**
Aluno: Aparecida Alves de Freitas Cardoso

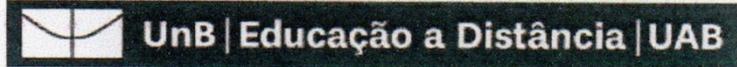
Prezados professores, esta pesquisa de campo se insere no âmbito do Componente Curricular Projeto 5, Fase 2, Faculdade de Educação, Universidade Aberta do Brasil (UAB/UnB) e tem como objetivo: Identificar se na cidade de Itaberaí existe levantamento oficial que registre o número de casos de TEA, bem como, quais dificuldades enfrentadas por duas escolas da cidade no atendimento de alunos com TEA, de acordo com a LEI 12.764.

Desde já agradecemos a sua colaboração!

Roteiro de entrevista para professores

- 1) Você recebeu alguma capacitação para trabalhar com Necessidades Educacionais Especiais?
- 2) Quais as dificuldades enfrentadas por você no acompanhamento de crianças diagnosticadas com TEA, em cumprimento da Lei Federal nº 12.764, de 11 de dezembro de 1990?

ANEXOS



Universidade de Brasília – UnB
 Faculdade de Educação - FE
 Universidade Aberta do Brasil
 Disciplina: Projeto 5 – Fase 2

Venho, por meio desta, apresentar o (a) aluno (a):

Aparecida Alves de Freitas Cardoso

Que cursa, neste semestre, a disciplina Projeto 5, por mim ministrada. Essa disciplina integra o currículo do curso de Pedagogia a Distância sendo ofertada pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, onde exerço minhas funções docentes. A disciplina prevê como resultado final a Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso.

Tendo em vista a necessidade de estabelecer a relação teoria/prática em face das diretrizes apresentadas pela Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – foi previsto um trabalho de campo a ser realizado no sistema de ensino local. Visando o cumprimento desse objetivo, solicito a V. Sa. a gentileza de receber o (a) aluno (a) portador desse documento, apoiando (a) no desenvolvimento de sua atividade acadêmica. Na certeza de contar com a sua colaboração nessa importante atividade de formação docente, antecipadamente me despeço.

Atenciosamente,

Andréia Mello Lacé

Professora da disciplina Projeto 5 – Fase 2 –

Departamento de Planejamento e Administração – FE/UnB

Matrícula FUB:

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
 UnB/FE/PAD
 Matrícula: 01103181



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa provisoriamente intitulada:

Necessidades Educacionais Especiais- O Transtorno do Espectro Autista e a LEI 12.764, de 11 de dezembro de 1.990.

O objetivo geral deste estudo é: Identificar se na cidade de Itaberá existe levantamento oficial que registre o número de casos de TEA, bem como, quais dificuldades enfrentadas por duas escolas da cidade no atendimento de alunos com TEA, de acordo com a Lei 12.764.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Professora Dra. Andréia Mello Lacé e ^{Aparecida Alvés de Freitas Cardoso}

no e-mail amlace@unb.br ou no e-mail cidafreitascardoso@gmail.com

Andréia Mello Lacé

Pesquisador Responsável

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da mesma.

Local, ____ de ____ de 20__.

Neusa Dias de Brito Fereira
Assinatura do Participante da pesquisa

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa provisoriamente intitulada:

Necessidades Educacionais Especiais- O Transtorno do Espectro Autista e a LEI 12.764, de 11 de dezembro de 1.990.

O objetivo geral deste estudo é: Identificar se na cidade de Itaberaí existe levantamento oficial que registre o número de casos de TEA, bem como, quais dificuldades enfrentadas por duas escolas da cidade no atendimento de alunos com TEA, de acordo com a Lei 12.764.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Professora Dra. Andréia Mello Lacé e Aparecida Alves de Freitas Cardoso

no e-mail amlace@unb.br ou no e-mail cidafreitascardoso@gmail.com

Andréia Mello Lacé
Pesquisador Responsável

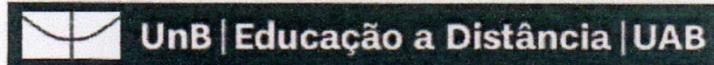
Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FEIPAD
Matrícula: 01103181

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da mesma.

Local, 03 de 10 de 2018.

Sumone Martins de Belo
Assinatura do Participante da pesquisa

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FEIPAD
Matrícula: 01103181



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa provisoriamente intitulada:

Necessidades Educacionais Especiais- O Transtorno do Espectro Autista e a Lei 12.764, de 11 de dezembro de 1.990.

O objetivo geral deste estudo é: Identificar se na cidade de Itaberai existe levantamento oficial que registre o número de caso de TEA, bem como, quais dificuldades enfrentadas por duas escolas da cidade no atendimento de alunos com TEA, de acordo com a Lei 12.764.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Professora Dra. Andréia Mello Lacé e ^{Aparecida Álvés de Freitas Cardoso}

no e-mail amlace@unb.br ou no e-mail cidafreitascardoso@gmail.com

Andréia Mello Lacé

Pesquisador Responsável

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

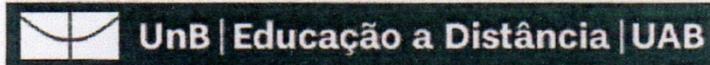
Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da mesma.

Local, 03 de 10 de 2018.

[Assinatura]

Assinatura do Participante da pesquisa

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa provisoriamente intitulada:

Necessidades Educacionais Especiais- O Transtorno do Espectro Autista e a Lei 12.764, de 11 de dezembro de 1.990.

O objetivo geral deste estudo é: Identificar se na cidade de Itaberai existe levantamento oficial que registre o número de casos de TEA, bem como, quais dificuldades enfrentadas por duas escolas da cidade no atendimento de alunos com TEA, de acordo com a Lei 12.764.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Professora Dra. Andréia Mello Lacé e Aparecida Álvés de Freitas Cardoso

no e-mail amlace@unb.br ou no e-mail cidafreitascardoso@gmail.com

Andréia Mello Lacé

Pesquisador Responsável

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da mesma.

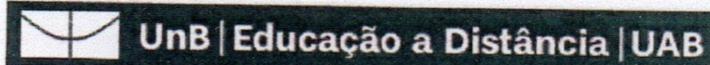
Local, 02 de out. de 2018.

Edilena Garcia M. Ramos

Assinatura do Participante da pesquisa

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

Edilena Garcia M. Ramos
Coord. Inclusão SME



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa provisoriamente intitulada:

Necessidades Educacionais Especiais- O Transtorno do Espectro Autista e a Lei 12.764, de 11 de dezembro de 1.990.

O objetivo geral deste estudo é: Identificar se na cidade de Itaberai existe levantamento oficial que registre o número de casos de TEA, bem como, quais dificuldades enfrentadas por duas escolas da cidade no atendimento de alunos com TEA, de acordo com a Lei 12.764.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Professora Dra. Andréia Mello Lacé e ^{Aparecida Álvés de Freitas Cardoso}

no e-mail amlace@unb.br ou no e-mail cidafreitascardoso@gmail.com

Andréia Mello Lacé

Pesquisador Responsável

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

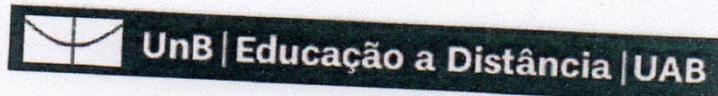
Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da mesma.

Local, ____ de ____ de 20__.

Lucenilda Silveira

Assinatura do Participante da pesquisa

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa provisoriamente intitulada:

Necessidades Educacionais Especiais- O Transtorno do Espectro Autista e a LEI 12.764, de 11 de dezembro de 1.990.

O objetivo geral deste estudo é: Identificar se na cidade de Itaberá existe levantamento oficial que registre o número de casos de TEA, bem como, quais dificuldades enfrentadas por duas escolas da cidade no atendimento de alunos com TEA, de acordo com a Lei 12.764.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Professora Dra. Andréia Mello Lacé e Aparecida Alves de Freitas Cardoso

no e-mail amlace@unb.br ou no e-mail cidafreitascardoso@gmail.com

Andréia Mello Lacé

Pesquisador Responsável

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da mesma.

Local, 02 de 10 de 20__.

[Assinatura]

Assinatura do Participante da pesquisa

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181